

O Parricídio Malogrado ou A Doença Infantil do Direitismo Literário

(A propósito de *Polígono das Secas*, de Diogo Mainardi)¹

Eduardo Diatahy B. de Menezes

RESUMO: O propósito fundamental desta comunicação reside no exame crítico e tanto quanto possível radical do livro *Polígono das Secas*, de Diogo Mainardi, publicado pela Companhia das Letras em 1995, e que se autodesigna como romance. O panfleto ou opúsculo traz ilustrações do próprio autor: posto sejam razoáveis, não passam de uma imitação menor das ilustrações das obras de Guimarães Rosas editadas pela José Olympio. Mesmo assim se distinguem do bestialógi geral da obrinha. Na sua estrutura narrativa fragmentada e repetitiva, pretende o livro encerrar definitivamente com a chamada tradição regionalista de nossa literatura. O intento redundante num parricídio malogrado, pois o texto esquálido sob todos os pontos de vista passa longe do alvo, embora possa servir de campanha publicitária do autor.

Regionalismo literário – sociologia da cultura – dispositivos de consagração – discriminação.

RÉSUMÉ – L'objectif fondamental de cette communication, c'est de procéder à un examen critique et radical de l'ouvrage *Polígono das Secas*, de Diogo Mainardi, publié chez Companhia das Letras, en 1995, et qui prétend être un roman. Ce pamphlet ou opuscule présente des illustrations faites par son auteur: bien que passables, elles ne sont plus qu'une pauvre imitation des illustrations des oeuvres de Guimarães Rosa, chez Livraria José Olympio editor. Quoi qu'il en soit, elles se distinguent de la banalité générale de ce livret. Dans sa structure narrative fragmentée et récurrente, ce livre

¹ São Paulo: Companhia das Letras, 1995, (118 p.), ilustrações do autor.

NOTA – Na feitura deste trabalho, o autor tem o apoio de uma Bolsa, como Pesquisador I-A, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

prétend détruire définitivement la soi-disant tradition régionaliste de notre littérature. Mais ce propos revient à un parricide raté, puisque le texte à tout point de vue passe très loin du cible, bien qu'il puisse servir comme publicité de son auteur.

Que razões, aí compreendidas as inconscientes, levariam alguém a escrever livro tão inútil e pacóvio, e ao mesmo tempo mostrar-se progressiva e arrogantemente contente com ele, como se tivesse produzido obra de excepcional labor? Que motivações impulsionariam um jovem escritor à pretensão de, num livro desvalioso, indigente e excessivamente monótono, destruir toda a literatura regionalista e sertaneja, pela degradação e a caricatura de gosto duvidoso?

Ora, o autor investiu nisso seu tempo e energia, sua pulsão criativa, elaborou ele mesmo as ilustrações, provavelmente antecipou conseqüências nefastas de suas tolas estocadas, assim como deve ter padecido os dilaceramentos próprios da feitura de toda obra que se defronta com contradições, ou pode ter fruído secretamente os recônditos prazeres de pervertidas razões. Embora tais reflexões sobre motivações ocultas possam ser fecundas e legítimas, não pretendo caminhar por esse território escorregadio do indizível ou inconfesso.

Por outro lado, que me moveu a despendar o meu tempo para enfrentar a crítica deste livro? Penso que esse desejo nasceu de uma curiosidade interessada e de uma decepção irritada. A curiosidade surgiu quando li a acolhida de um Ivan Lessa que dizia ser o livro «a mais sutil subversão do sertão em meio século», ou de um Paulo Francis que sustentava: «É impossível ignorá-lo. O livro é um lampejo de aço contra os pudores do regionalismo piedoso e empático. É esta palavra abusada: revolucionário.» Tais encômios provocativos aguçaram o meu desejo de lê-lo ao mesmo tempo que a realização de tal imprudência provocou em mim o sentimento de ter sido fraudado, daí provindo irritada decepção que me trouxe novo desejo sob a forma do compromisso interior de escrever algo a seu respeito.

Mas valerá a pena esse esforço? Sou tentado a dar resposta dubitativamente afirmativa a essa questão, embora reconheça que

pelo menos num ponto Paulo Francis tem razão quando afirma ser possível recusar o que o autor escreve, mas não ignorá-lo. Assim, conforme assinaei no resumo em epígrafe, é minha intenção examiná-lo aqui para exprimir minha crítica contundente às suas inconsistências, visto que isso proporcionará ocasião para uma reflexão final a respeito de questões correlatas suscitadas pela existência de obras do gênero. Como quer que seja, o livro está aí, pertence doravante àquilo que Karl Popper chama de “terceiro mundo”² Todavia, penso que o tempo, melhor do que o meu trabalho, encarregar-se-á de levar este livro para a lixeira da História literária.

* * *

Para desempenhar o meu intento com honestidade e maior rigor, eu me submeti a experiência de ler este livro mais de uma vez. Isso não é tarefa fácil, pois a obra é demasiadamente aborrecida e exige enorme espírito de sacrifício. Nenhum leitor normal, a não ser por dever de ofício ou por espírito missionário, suportaria tal aventura e desperdício. Ao concluí-la da primeira vez não pude evitar o desejo de parodiar o verso final do poema “Cidadezinha Qualquer” de Carlos Drummond de Andrade:

“Eta história besta, meu Deus!”

Não é fácil produzir um resumo desta obra porque não há narrativa a resumir ou apresentar. Não existe quase nenhuma articulação narrativa entre os capítulos e sequer existe verdadeiramente narrativa ficcional. Não há propriamente um tempo existencial e muito menos uma duração histórica. Mero processo cumulativo de um painel fragmentário, o livro é constituído de aborrecida litania em que as mesmas bobagens, os mesmos recursos, os mesmos pretextos são irritantemente repetidos, ou seja, ele é uma espécie de simulacro de ficção, sorte de monorrelato

² Cf.: POPPER, Karl R.: *Conocimiento Objetivo*. Madrid: Editorial Tecnos, 1974.

que se refaz a cada capítulo, com pequenas variações de nomes, lugares e situações. O autor age como se fosse um jornalista pobre de espírito, encarregado de realizar reportagens sobre episódios recorrentes que se passam em inúmeras localidades do chamado Polígono das Secas. Sumariamente: cada vez que um coronel, um cangaceiro, um lavrador, um vaqueiro, um jagunço, uma retirante ou outra figura qualquer do gênero, por alguma circunstância circula por esse território, surge um ser enigmático cuja aparência evoca o Antônio das Mortes de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* – embora o autor não explicita essa analogia – e que se aproxima das vítimas para contaminá-las com um “unto amarelado” de efeito mortal. Essa **aparição**, que me recuso a reconhecer como personagem ou protagonista, é chamada de “**untor**” por Mainardi, termo incorreto para untador, que ele considera como “o verdadeiro protagonista desta história” (p.15). Na verdade, ele é o duplo do autor, assim como os tipos da cultura sertaneja são meros representantes metonímicos da literatura regionalista que o autor pretende destruir com esta obrinha anêmica. Aliás, como o livro é esqualido em todos os sentidos, o autor emprega o estratagema de dividi-lo em quatro partes separadas por páginas contendo apenas a indicação de cada uma delas, seguidas de outras com ilustrações, no evidente intuito de aumentar-lhe o volume.

O seu esquema redundante ocupa a maior parte do livro. Além disso, o fio de suas “reportagens” é a toda hora entrecortado por intervenções do autor, para introduzir explicações que são muito mais a expressão de seus preconceitos do que esclarecimentos e, quando estes ocorrem, é que supõem congênita estupidez do leitor. Todas as situações que pretendem pretextar a intriga soam artificiosas e inverossímeis. Tudo parece mal arranjado nesse monstro de pseudoficção e o autor demonstra comprazer-se compulsivamente em descrições escatológicas³ e perversas dos sofrimentos terminais das vítimas do untador, que

³ Assinalo que não tomo o termo aqui no sentido apocalíptico, mas em sua outra acepção, isto é, no sentido de relativo a excrementos.

ele qualifica de **venéfico**, numa como inversão diabólica de **benéfico**, que é atributo natural dos ungüentos, cuja função primordial é a cura.

Não há, propriamente, personagens no livro, mas antes tipos e alegorias mal urdidos. O leitor conclui penosamente o percurso da obra sem ficar povoado por esses tipos teratológicos⁴ que não possuem na verdade nem rosto, nem caráter, nem perfil coerente, nem densidade existencial, e são designados pelos nomes de cidades da região. São esses nomes que em geral intitulam os capítulos, exceto naqueles em que o autor quebra o fluxo do monorrelato para introduzir chaves que explicitem a significação dos demais, conforme ocorre no último capítulo da segunda parte com relação aos nomes, e no derradeiro capítulo da terceira parte no que concerne à bibliografia de suas fontes. Portanto, é absolutamente espantoso que, nas suas inúmeras intervenções no texto, o autor qualifique de "romance" essa perversa e mal construída paródia rapsódica.

* * *

Entremos um pouco mais na textura da obra. No conjunto, o seu discurso supõe que o autor ocupa um **locus** epistêmico que é ao mesmo tempo o padrão da racionalidade, da eticidade, da cultura e da estética. Desse lugar privilegiado ele constrói arrogante e presunçoso as vozes e situações com que pretende julgar e destruir simbolicamente a literatura regionalista brasileira e de toda parte.⁵ Como seria cansativo multiplicar os abundantes exemplos de que está recheado o livro, procurarei destacar apenas alguns poucos. Além disso, deixarei de lado os erros de regência verbal e os deslizos factuais do seu conhecimento precário da realidade que critica com sarcasmo e ironia. São erros

⁴ Mais uma vez assinalo: uso também esse termo na sua acepção patológica.

⁵ Posto que sua desmesurada pretensão, explicitamente declarada, seja atingir toda a literatura regionalista do mundo inteiro, o alvo preconceituoso do autor centra-se na literatura do Nordeste brasileiro ou que a ele se refere, visto que nada vem mencionado (ou sequer se faz alusão) com respeito à rica literatura regionalista gauchesca, à do Norte, à do Centro-Oeste, ou mesmo à de seu estado, São Paulo.

primários de que praticamente não escapa nenhum capítulo, assim como são inverossímeis quase todas as situações. Que nos baste, nesse sentido, os exemplos já do primeiro capítulo (pp. 11-13) em que ele, parodiando João Cabral de Mello Neto, introduz o sertanejo Manoel Vitorino, que está a caminho do cemitério, com o cadáver do filho nos braços há mais de 36 horas, seguindo o “leito rachado (sic!) de antigos rios”, e que ao escorregar agarra-se “a um ramo seco de mandioca” (sic!) e leva um coice de bode⁶, para enfim despencar numa cratera de 8 metros de profundidade, sendo salvo do impacto pelo corpo da criança (!): nesse isolamento, distrai-se a olhar “o desenho das nuvens ou atirar pedregulhos dentro da boca entreaberta do cadáver do filho” (sic!). É com tais perfis delirantes dos sertanejos que o autor constrói sua indigente devastação da literatura regionalista.

O capítulo seguinte é um autêntico samba do crioulo doido. Ele começa pela frase solta: “A fonte é Euclides da Cunha” (p. 14), para em seguida, comentando as relações de parceria no criatório tradicional do gado, introduzir a figura do vaqueiro Cristino Castro [bem mais adiante, à p. 89, o autor afirma estar sua história em E. da Cunha], cujo patrão é o Senador Pompeu, retratado como uma figura hedionda e sem compaixão, que perdoa os adversários e pune gratuita e cruelmente seu fiel vaqueiro. Ora, é óbvio que na sua ampla liberdade de criar na ordem do imaginário um ficcionista pode seguir o rumo que quiser, mas no caso de uma personagem que evoca alguém com existência histórica concreta exige-se um mínimo de verossimilhança e de respeito pelo leitor medianamente informado.

O autor explica no terceiro capítulo que o untador dissemina seu unguento pelo sertão, vagando com seu jerico de cidade em cidade por todo o Polígono das Secas, alastrando-se os cemitérios por onde ele passa. O efeito da contaminação é retardado.

⁶ Qualquer um sabe que leito de rio seco é arenoso e pedregoso; leito lamacento de águas paradas, de lagoas, é que costuma rachar com a seca. Por outro lado, é difícil imaginar um sertanejo numa queda apoiar-se num ramo seco de um arbusto como a mandioca, e muito menos ser atingido por um **coice de bode!!!** Mas enfim, para arvorar-se em destruidor do imaginário literário do Sertão não carece o autor de conhecimento da realidade, basta-lhe a sua mente poderosa...

Os habitantes das povoações nunca sabem a quem atribuir o contágio e assim o ódio popular recai sobre os doentes, que sofrem retaliações severas, e não é raro que sejam violentados, queimados vivos ou roubados de todos os seus bens. O objetivo do untador é infectar todas as sertanejas chamadas Catarina Rosa, mas vai contaminando aqueles que encontra entre uma Catarina Rosa e outra. Os infectados não correspondem a determinado perfil e, como o untador sabe que é inútil orientar a ação de seu unguento que se difunde em cadeia, ele só pensa em disseminá-lo sobre os sertanejos sem levar em conta qualquer outro fator (pp. 18-19). Quando o leitor chega a esse ponto do livro e já começa a não suportar os repetidos gestos do untador, as torturas que realiza para obter confissões ou seus atos venéficis, bem como as descrições escatológicas dos padecimentos de suas vítimas, não é difícil perceber que esse ente patológico é metáfora e alegoria do inconsciente nazista de certas camadas dominantes do país, que gostariam de ver eliminada essa "raça inferior" de sertanejos nordestinos.

Depois de mais alguns capítulos em que situações falsamente urdidas vão repetindo incessantemente os mesmos recursos dessa escritura monótona, o autor encerra a primeira parte com um texto intitulado «1630», cuja intriga se passa em Milão. Na verdade, em sua maldosa paródia rapsódica, ele insinua a origem erudita de seu monorrelato narrando episódio que retira de Alessandro Manzoni (1785-187), autor do célebre ***I Promessi Sposi***, seu mais famoso romance, que se refere aos anos 1628-1630, durante a dominação espanhola da região milanesa,⁷ quando eclode um surto de peste no decorrer do qual uma Caterina Rosa denuncia perante o tribunal os agentes diabólicos que seriam os causadores da epidemia, disseminando um tal unto amarelado feito a partir da saliva dos empestados, etc. Mainardi descreve em minúcia os suplícios dos condenados à morte: «...um carro de bois os conduz até o patíbulo. Depois de serem pinçados com ferro fervente no local do delito...» (p. 33). Por certo o leitor

⁷ Cf.: SANSONE, Mario: *Storia della Letteratura Italiana*. Milano: Giuseppe Principato, 1951, pp. 457-476.

atento há de indagar-se como pode alguém ser pinçado com ferro fervente, embora seja possível imaginar tal operação com pinças em brasa. Como quer que seja, neste capítulo intercalado ele de fato constrói o modelo que seguirá nos demais capítulos, e o conclui com um didatismo ingênuo: «No que se refere à presente história, revela-se a origem do untor que dissemina epidemias pelo sertão – ele vinga seus predecessores milaneses... Trata-se de uma metáfora sobre a literatura. Caterina Rosa está para a justiça milanesa assim como os sertanejos estão para a literatura regionalista.» (p. 34).

No primeiro capítulo da segunda parte, em sua errância pelos sertões e já desprovido do unto venéfico, o untador chega à cratera em que tombara Manoel Vitorino. Com uma corda amarrada à cintura, eleva-o até a superfície, com o cadáver do filho nos braços. E pergunta: - Peste? (p. 39). Manoel Vitorino descreve então a dolorosa agonia do filho até seus instantes finais, quando defeca os intestinos liquêfeitos. O untador convencido das propriedades venéficas de sua saliva, indaga ao pai se quer vender o seu cadáver. Aos soluços, este reluta em aceitar a oferta, porém após contar e recontar o dinheiro, seca as lágrimas na manga da camisa, descalça uma das botas e esconde a quantia inteira lá dentro. Segue-se ainda a nefanda descrição do modo brutal como o untador extrai a saliva infectada do cadáver, à qual mistura barrela e esterco humano para fabricar novo provimento de unto amarelado. Esse episódio inverossímil merece um reparo crítico, pois dificilmente com sua religiosidade um sertanejo, que passou por tantas agruras durante vários dias de caminhada à busca de sepultura condigna para seu filho, deixaria de sentir-se gravemente ofendido em seu orgulho e sua honra face a essa proposta imoral. Demais, um pobre lavrador em tal situação de miséria jamais possuiria botas, que além disso não faz parte de seus costumes.

O segundo capítulo traz outro episódio do mesmo teor, quando Januário Cicco, jagunço do Senador Pompeu, deve amputar ambas as pernas e um dos braços do vaqueiro Cristino Castro, a mando do patrão. O autor mais uma vez compraz-se na descrição pormenorizada da cena tétrica, quando Januário Cicco

amarra Cristino Castro de bruços sobre a via férrea para que o trem execute a tarefa macabra. Acontece que, em virtude da seca, o serviço ferroviário fora cancelado. Ambos permanecem imóveis em seus lugares durante meses. À medida que a espera se prolonga, a relação entre eles se estreita: o jagunço narra a história de seus crimes e o vaqueiro escuta-o atentamente. Em fins de maio do ano seguinte, uma locomotiva desponta ao longe. Nesse momento, o autor acrescenta o comentário: «Aqui entram em conflito dois importantes elementos da tradição sertaneja: a) a força regeneradora dos sentimentos fraternos; e b) o mito do jagunço obstinado que jamais desiste de uma missão. No caso..., prevalece o segundo elemento.» (p.44) Cristino faz apelos desesperados, mas Januário com lágrimas nos olhos assiste à amputação de seus membros. Antes de partir, promete a Cristino que o responsável por seu sofrimento não ficará impune, pois daquele momento em diante a sua única missão será vingar-se do untador que infectara a perna do Senador Pompeu. Ora, eis aí um caso típico de inversão diabólica. Há aqui também uma metáfora da pulsão inconsciente do próprio autor que, ao invés de condenar os verdadeiros responsáveis pela miséria física e moral dos sertanejos, inventa um exterminador para eliminá-los e para destruir suas tradições. Demais, quem possuir um mínimo de conhecimento da imensa riqueza humana e da vasta sabedoria do universo sertanejo não pode deixar de registrar a leviana presunção corrosiva de Mainardi.

Nos capítulos seguintes, perdura o recorrente estilo do autor que, para justificar seu indigente horizonte ideológico, vai produzindo pequenas narrativas absolutamente monótonas e sem imaginação, com episódios insólitos, caricaturais e pouco plausíveis; paródias ironicamente sarcásticas do romanceiro do Boi dos folhetos populares, etc. Face a isso, o autor junta este esclarecimento perfeitamente inútil a esta altura: «O objetivo do untor é contaminar as tradições sertanejas, quaisquer que sejam.» (p. 52).

Numa alusão não explícita à Medéia, de Eurípedes, o penúltimo capítulo da segunda parte mostra Catarina Rosa abandonada pelo marido que fugiu pelo sertão com outra mulher (pp. 57-59): para eliminar recordações do marido, ela enche uma bacia

de água a fim de afogar os 4 filhos pequenos. Escapa a última criança porque ela desmaia durante o ato de mergulhar sua cabeça na bacia de água. Mais uma vez o autor propõe situação insólita como pretexto para suas intervenções preconceituosas. Assim, aquele único filho que resta a Catarina Rosa, portador de seqüelas mentais, será mais tarde sua esperança de proteção quando, ao retornar, o marido fracassa no intento de reconciliação, passando a surrá-la e violentá-la continuamente. Até que um dia o filho, «despertando de sua idiotia sonolenta, ergue-se sobre as pernas tortas e atrofiadas e, com uma faca na mão, ensaia os primeiros passos na vida» (p. 58) como uma espécie de Augusto Matraga debilóide que desafia o pai para um duelo. Aqui o autor junta o seu comentário: «Não são raras as histórias sertanejas em que um indivíduo humilhado e combalido redime-se demonstrando uma força até então desconhecida. [Aquele filho] nobilita uma existência inútil e parasitária com um improvisado ato de heroísmo.» O autor assinala que nisso ele representa duas crenças do sertão (que ele designa equivocadamente como “dois dos [seus] principais *mitos*”): a) o homem traz em si o poder de superar qualquer dificuldade; e b) não há um só evento que não seja ditado pelo destino. Para enfim acrescentar: «Acontece que as esperanças de Catarina Rosa [a saber: o menino sobrevivera por milagre porque seu destino era salvá-la] não duram mais do que alguns segundos. O duelo termina com a morte imediata do filho, esfaqueado pelo pai, *cancelando a reconfortante idéia de que o destino reservara-lhe, afinal, uma função*. O seu sacrifício parece ainda mais supérfluo devido ao fato de que, no dia seguinte, o casebre de Catarina Rosa amanhece todo besuntado pelo untor» (p. 59 – o grifo é meu). Sempre o mesmo esquema recorrente: para realizar a impiedosa “destruição” das tradições sertanejas, ele as retrata em situações tolas e sem imaginação.

Em capítulo da terceira parte, contendo referência explícita a Graciliano Ramos, o autor faz comentários absolutamente banais. Aliás, nos textos intercalados, ele formula apreciações que demonstram com expressividade a presunção e certa indignância de quem suspeita que o leitor não alcança a significação simbólica de suas metáforas e alegorias, por isso vem em seu

socorro com achegas tolas e banais: «A injustiça dos governos locais é um dos temas recorrentes da literatura regionalista, diz ele. Desde o início deste romance, o untor destrói os temas recorrentes do universo sertanejo. Não há por que poupar este último [em que entra Graciliano].» (p. 73).

Para não mais alongar a exposição desses exemplos excessivamente redundantes, concluo comentando os dois textos finais da 2ª e da 3ª parte, respectivamente, a que já fiz menção no início deste trabalho, porque eles são significativos como expressão do pensamento de Mainardi com relação ao Nordeste e não só à sua literatura regionalista. Assim, face à sua importância negativa, eles merecem consideração mais demorada. Sublinhe-se ainda o fato de em todo o livro - conforme já assinaliei em nota de pé de página - ele jamais referir-se à literatura regionalista de outras regiões, o que significa dizer que o móvel dissimulado de seu vesgo combate é atacar a área do sertão nordestino e a literatura que sobre ela se produziu.

No primeiro desses dois capítulos, que aparece no meio do livro, ao explicar a origem dos nomes que escolheu para designar os tipos da sua insossa narrativa, ele começa com este primor de declaração:

«Os nomes dos diversos personagens deste romance não são fruto da imaginação do autor. Manoel Vitorino é o nome de uma cidade no sul da Bahia, nos arredores de Jequié. Cristino Castro, uma cidade no Piauí, assim como Demerval Lobão. A cidade de Januário Cicco fica no Rio Grande do Norte. Piquet Carneiro encontra-se no Estado do Ceará.

Os demais personagens do romance obedecem à mesma regra onomástica - seus nomes inspiram-se em diferentes cidades do sertão, situadas rigorosamente dentro do perímetro do Polígono das Secas. É o caso de Senador Pompeu, Elesbão Veloso,..., Delmiro Gouveia,...

Personagens da história sertaneja transformam-se em nomes de cidades. Agora os nomes de cidades são atribuídos a personagens de ficção. A certa altura,

o autor deste romance pensou em indagar sobre a real identidade de cada um desses personagens históricos. Durante a pesquisa, *não conseguiu encontrar praticamente nenhuma informação que lhes dissesse respeito. ... eles não são mencionados em livros de história ou de genealogia, enciclopédias ou dicionários biográficos.*» (pp. 60-61 – o grifo é meu).

Estranhíssima afirmação! Ao invés de confessar o seu desprezo e a sua ignorância, ele prefere acusar a realidade que pretende destruir de possuir cidades designadas com o nome de “obscuras celebridades locais”.⁸ E, ao referir-se a tal Caterina Rosa, ainda acrescenta com certa candura cínica: «A intenção do autor ao associar esse infausto personagem histórico italiano à tradição sertaneja é criar um paralelo entre os efeitos desastrosos de suas crendices... Do mesmo modo que a justiça milanesa deturpou-se ao conferir poder de palavra a Caterina Rosa, homologando seu furor persecutório, a literatura regionalista deturpou-se conferindo esse poder ao sertanejo..., apropriando-se de sua linguagem e de suas idéias, acolhendo no universo intelectual o

⁸ Para não alongar os meus comentários, lembraria que, ao contrário do que afirma o autor, qualquer enciclopédia razoável ou qualquer dicionário biográfico traz informações sobre nomes como Manoel Vitorino, Senador Pompeu, Delmiro Gouveia, etc. Só por má fé o autor pode ignorar quem foi **Manoel Vitorino** (Bahia, 1853 – Rio, 1902): proclamada a República, foi o primeiro presidente de seu Estado, por solicitação do conselheiro Rui Barbosa; em 1892 foi feito senador na vaga do conselheiro Saraiva e em 1º de março de 1894 foi elevado a vice-presidente da República, no governo de Prudente de Morais, passando a presidir o Senado Federal; assumiu a presidência em novembro de 1896, por enfermidade de Prudente de Morais, nela permanecendo até março de 1897; com o término do mandato, voltou à medicina e ao jornalismo, colaborando em vários jornais do Rio de Janeiro. Já o **Senador Pompeu** (Tomás Pompeu de Sousa Brasil – Ceará, 1818-1877), bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Academia do Recife e ordenado presbítero pelo Seminário de Olinda, foi Deputado Geral pelo Ceará mais de uma vez, foi o primeiro diretor do Liceu e da Instrução Pública do Ceará, a 9 de Janeiro de 1864 foi escolhido Senador na vaga aberta pela morte de Miguel Fernandes Vieira; patrono da cadeira n.º 36 da Academia Cearense de Letras, atuou ativamente na imprensa e foi sócio – dentre outras instituições – do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro lleia-se por exemplo o discurso sobre ele pronunciado por Joaquim Manoel de Macedo na sessão magna dessa instituição em 15 de Dezembro de 1877 e publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro], do

cretinismo endêmico de sua cultura. (...) Ao incorporar a cultura sertaneja, a literatura regionalista acaba sendo contaminada por seu obscurantismo.» (pp. 61-62, grifado por mim). Seguindo-se mais uma página inteira de declarações do mesmo quilate, para concluir num delírio megalômano: «A esta altura, o autor do romance alarga desmesuradamente a metáfora. *A sua missão já não é destruir a literatura regionalista, mas toda a literatura deste século.*» (idem).

O segundo dos capítulos explicativos, Mainardi o inicia com esta justificativa boba: «O autor deste romance intervém novamente; no caso, com a bibliografia. A intervenção pode desagradar o leitor, mas o autor não se incomoda. O romance é dele – tem o direito de intervir como bem entende.» (p. 88). Em seguida, afirma considerar que «toda a literatura sertaneja pode ser resumida a seis ou sete títulos. Os outros não acrescentam nada... Na verdade, o autor consultou muito mais livros do que seria necessário. Livros que pretende eliminar de sua biblioteca..., que pretende queimar.» (idem). Por certo, o leitor prudente pode tomar essa opinião como conselho e proceder igualmente com relação a este “romance” indigesto com que foi ludibriado. Não obstante, Mainardi ainda acrescenta: «O fato é que a literatura

Instituto Histórico da Bahia, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, da Sociedade de Geografia de Paris, etc. deixando dentre inúmeras obras o importante *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (tomo I, 1863, 839 p., e tomo II, 1864, 330 p.). Enfim, **Delmiro Gouveia** (Ipu, CE, 1863 – Pedra, AL., 1917), pioneiro da industrialização nacional e da construção da hidrelétrica de Paulo Afonso, de origem modesta, enriqueceu no comércio de peles, dedicou-se a empreendimentos de vulto, tornando-se proprietário da maior refinaria de açúcar da América do Sul; em 1903, transferiu-se para Pedra (AL), povoado próximo ao rio São Francisco, utilizou geradores elétricos para aproveitamento das águas do rio, construiu uma fábrica de linha de coser, ao mesmo tempo que abria estradas e construía alojamentos para os operários; apesar das pressões, recusou-se a vender a fábrica a grupos econômicos estrangeiros, mas morreu assassinado misteriosamente, sendo então vendida a empresa àqueles grupos, que destruíram as máquinas. Mário de ANDRADE, numa saborosa crônica de 1928, intitulada «O Grande Cearense», refere-se a Delmiro com muita simpatia [Cf.: *Os Filhos da Candinha*. 3ª ed. São Paulo: Martins / Brasília: INL, 1976, pp. 39-43].

Mainardi poderia percorrer a *Enciclopédia Mirador Internacional*, ou consultar o dicionário do velho INOCÊNCIO, ou o Sacramento BLAKE: *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895; mas sobretudo talvez lhe servisse de abertura à sua mente circular um passeio por *O Turista Aprendiz* de Mário de ANDRADE, (São Paulo: Duas Cidades, 1983).

regionalista não tem mais do que *um punhado de temas, repetidos incessantemente por seus autores.*»(idem, o grifo é meu). Ora, o autor não faz outra coisa aqui e monotonamente!

Num parágrafo seguinte, ele exprime toda a extensão de seu preconceito e de sua ignorância em relação ao imaginário popular do sertão: «Ao incorporar os elementos da cultura sertaneja, *a literatura regionalista atribui ao homem comum o poder de interpretar a realidade, conferindo uma dimensão alegórica às suas atividades cotidianas, mitificando-lhe a mentalidade vulgar, de sua linguagem às suas crendices, como se séculos de obscurantismo tivessem gerado um maior grau de compreensão do mundo.*» (idem – grifado por mim). Espanta-me constatar que há muito tempo não via um representante da tradição letrada brasileira exprimir de modo tão nítido seu grau de incompreensão em relação à diferença de mentalidade. Nesse sentido, não seria demasiado aconselhar o autor a iniciar o seu catecumenato lendo *O Pensamento Selvagem* de Lévi-Strauss e depois o belo livro de Clifford Geertz: *Local Knowledge – Further Essays in Interpretative Anthropology*, sobretudo no seu capítulo «O senso comum como sistema cultural», ou enfim o livro de Jack Goody: *The Domestication of the Savage Mind*. Se de todo essa dose lhe parecer mais indigesta que seu raquítico “romance”, o autor poderá desasnar sua mentalidade iniciando pela leitura de *Viva o Povo Brasileiro* de João Ubaldo Ribeiro.

Seguem-se vários comentários dogmáticos do mesmo nível e à volta do seu monotema. São jóias literárias do florilégio que compõe o seu bestialógio: «... as crendices do homem comum... [como] *a crendice consolatória de que a vida tem um valor absoluto, de que a mais mísera das vidas vale tanto quanto qualquer outra.* A idéia é socialmente sensata, mas não tem validade literária. *Na literatura, a vida insignificante precisa morrer...* O obstinado jagunço Januário Cicco é tirado de João Guimarães Rosa. Destrói a crendice de que os sertanejos podem encontrar uma missão que preencha suas vidas. Não é o que acontece. *Os sertanejos são condenados a viver sem um motivo.* É esta a mensagem que a verdadeira literatura precisa dar... *Os sertanejos não podem ser levados a acreditar que a noção de certo ou errado, justo ou*

injusto, está [sic!] a seu alcance... De acordo com a audaciosa tese do autor, não se trata de verdadeira literatura [os títulos e autores que arrola]. *A verdadeira literatura demonstra que o sertanejo não sabe nada, não muda nada, não aprende nada, não entende nada, não vale nada.*» (pp. 89-90 – grifado por mim). Prolonguei a citação até esta última sentença porque ela se ajusta à maravilha ao próprio autor e para que fique manifesta a sua recorrente indigência de espírito.

Ele encerra o livro com mais um capítulo explicativo intitulado «Conclusão», onde repete incansavelmente as mesmices dos demais. E chega a confessar que não se entregou ao esforço de conhecer diretamente o Nordeste além dos materiais utilizados: «Na realidade, o autor deste romance é tão categórico em suas convicções que nem mesmo se deu ao trabalho de visitar o sertão. O sertão literário é mais importante que o sertão real. Assim sendo, suas únicas fontes de referência são livros e mapas.» (p. 116). O mais estranho nisso tudo é que sua obrinha é pretensa e insistentemente categorizada como **romance**, e com ela ousa destruir toda a literatura que chama pejorativamente de sertaneja. Eis que ele ainda acrescenta: «No grandioso projeto do autor, destruir a literatura regionalista corresponde a destruir a literatura universal.» (p. 117). No seu delírio, o autor não percebe que tal projeto é grande demais para a sua minúscula mediocridade!

Efetivamente, trata-se do caso mais típico de um adolescente que, para afirmar-se como vanguardeiro, malogra, por falta de talento, na passagem ao ato de sua pulsão parricida.

Antes de concluir, para ser coerente comigo mesmo na medida em que busquei demonstrar a pouca ou nenhuma validade desse opúsculo que se pretende inovador por sua «escritura pós-moderna» [sic!], deveria indagar-me por que decidi perder meu tempo nesse esforço. A primeira razão disso reside no sentimento de frustração e fraude que me deixou sua leitura. Mas sobretudo penso que inquietou-me não o texto em si, mas o que ele representa no jogo de forças que estruturam o campo intelectual no Brasil e em suas clivagens regionais. Isso sim é nocivo e infecundo. E exige uma reflexão adicional.

* * *

Para encerrar, gostaria de sugerir alguns reparos paralelos sobre as relações entre literatura e sociedade, a partir do questionamento suscitado por esse livro que acabo de comentar sumariamente.

Na verdade, não quero me referir agora às tradicionais discussões a respeito da função social do fazer literário, de seu papel como documento ou reflexo da sociedade, do nível de consciência social do autor, do caráter ideológico dessa produção simbólica, do seu compromisso com o momento histórico ou político, e demais questões do gênero. Não é por esse ângulo que pretendo suscitar estas questões finais. Sobre isso já existe vasto material acumulado e de bom nível. Mesmo se invertermos o sentido da relação entre literatura e sociedade, de modo a dar o primado àquela sobre esta, a saber, o fato de ser em grande parte mediante o processo de construção e transfiguração literária, o fato de ser pelo exercício da palavra ficcional ou poética que a realidade se constrói para nós e se torna socialmente relevante. Em suma, não desejo entrar nessa discussão e muito menos com relação a essa obra menor e até insignificante.

O ângulo da questão que me interessa aqui é outro. Posto que não se recai também no terreno da fecunda discussão que se tornou conhecida pelo nome de «estética da recepção», mantém alguma relação com essa corrente. Não obstante, no caso específico de um livro como esse de Mainardi, o que me provoca a reflexão é sobretudo indagar acerca das razões que explicariam a possibilidade de sua publicação, questionar a respeito dos mecanismos subjacentes às condições sociais e políticas de sua produção.

Como é possível que uma obra tão inexpressiva consiga a atenção e o espaço de uma editora de prestígio que conquistou respeito e admiração de faixas significativas de público qualificado pelo alto critério de sua programação editorial? Como justificar que críticos especializados e bem conceituados formulem elogios que são evidentes hipérboles imerecidas? Que alianças de grupos com acesso facilitado a recursos que influenciam decisões, que relações de prestígio ou meras amizades de outras esferas explicariam esse fato espantoso? Que dispositivos de poder entrariam em jogo para levar a esse resultado? Que distorções nas instâncias dominantes de consagração conduziram ao

apoio que premia mediocridades desse teor? Até que ponto um livro do gênero reforçaria outros propósitos inconfessáveis que não o seu mais que duvidoso valor estético? E, no caso, operaria um involuntário retorno do recalcado?

Evidentemente, esse questionamento exigiria longos desdobramentos. Sem visar propriamente a isso que excederia os limites do meu propósito inicial, reproduzo aqui, para concluir, reflexões que fiz alhures.

Com efeito, o caso examinado e outros muitos exemplos que ainda poderia mencionar suscitam a questão mais geral das graves discriminações, do desdém ou do desconhecimento que atuam no processo de avaliação e consagração a que estão sujeitos produtos e produtores no campo dos bens simbólicos. Segundo que critérios funcionam tais processos que pretendem estimar o valor das obras, de períodos ou correntes estéticas?

Tudo leva a crer que aí também, no universo da cultura, opera estranha e perversa Lei de Newton, segundo a qual o reconhecimento e o mérito ou louvor se dão na razão direta da semelhança entre os pares e na razão inversa do quadrado das distâncias em relação aos tradicionais centros de consagração. Estes, no nosso caso, encontram-se no polo situado entre Rio e São Paulo, desde que para aí se deslocou a região motora que concentra poder e forças econômicas dominantes de nosso sistema produtivo. Historicamente, isso se deu *grosso modo* a partir de 1870, ponto de inflexão de grandes transformações na paisagem socioeconômica do país. É óbvio que já vinha de antes a função da Corte, no Império, como centro polarizador de nosso universo cultural. Mas, é sobretudo desde então que esse eixo se tornou a nossa principal instância de consagração. E quem habitar distante daí, por mais talento que possua, por melhores obras que produza, terá poucas chances de ver seu mérito reconhecido, salvo se submeter-se aos rituais de iniciação das confrarias que constituem a república dos sapientes: reciprocitar favores com os que detêm o poder no campo intelectual, permutar elogios na liturgia das citações, celebrar alianças com eventuais mandarins da área, mesmo em detrimento de antigas lealdades; enfim, lograr publicar em editoras ou periódicos que eles controlam e

obter acesso aos meios de divulgação e publicidade, etc. Sem isso, morre inédito ou esquecido, mesmo que sejam geniais os seus manuscritos ou obras de outro gênero. Ou deverá consolar-se com a pálida glória de obscuras edições de sua província; e morrer na, quase sempre, vã esperança que um dia, por acaso, será redescoberto como um Sousândrade ou um Oliveira Paiva.

Assim, por distorcida semântica é **“nacional”** tudo aquilo que ocorra naqueles centros consagradores e é **“provinciano”**, em sentido pejorativo, tudo quanto se produza fora desse círculo privilegiado. Mas esse fato que estou procurando caracterizar aqui não é privativo nem exclusivo do Brasil. Em geral, países de alta centralização política e cultural, como a França, por exemplo, padecem da mesma enfermidade, visto que Paris igualmente fagocita e discrimina as demais províncias. E, em escala mais ampla, o nosso mandarinato cultural também sofre amargamente por estar distante e não ser reconhecido em Oxford, Berlim, New York, Paris ou Londres.

Fortaleza, 12 de Junho de 1997

Eduardo Diatahy B. de Menezes

Doutor em Sociologia do Conhecimento, Université de Tours (France).

Professor Titular do Doutorado em Sociologia, Dept^o de C. Sociais e Filosofia, da Universidade Federal do Ceará.

Membro titular da Association Internationale des Sociologues de Langue Française (AISLF), e membro efetivo do Instituto (Histórico) do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

Endereço:

Rua Tomás Acioly, 1505.

60135-180 Fortaleza, CE.

Tel.-FAX: (085) 261-7968 / Tel.: (085) 261-9027

E-mail: ediatahy@ibeuce.com.br